

IMPLANTAÇÃO DOS POLOS DE EAD NO TOCANTINS: AVALIAÇÃO PARA A QUALIDADE

PALMAS/TO Maio/2016

Lorrane de Lima Primo - Pontifícia Universidade Católica do Goiás - PUC/GO - lorraneprimo@gmail.com

Marcia Maria de Melo - Pontifícia Universidade Católica do Goiás - PUC/GO - marciamariadelmelo@gmail.com

Enio Gentil Vieira - Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo - IEPO - EGEVIEIRA@GMAIL.COM

Ycarim Melgaço Barbosa - Pontifícia Universidade Católica do Goiás/PUC GO - YCARIM@GMAIL.COM

Tipo: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (IC)

Natureza: DESCRIÇÃO DE PROJETO EM ANDAMENTO

Categoria: PESQUISA E AVALIAÇÃO

Setor Educacional: EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESUMO

Este artigo apresenta parte do projeto em andamento da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Planejamento da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC e busca refletir a importância da Educação a Distância como Política Pública para o desenvolvimento do estado do Tocantins, através da implantação dos 16 polos operacionais de apoio presencial, mantidos pelo Governo estadual e da oferta de cursos pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil.

A precariedade de formação básica e principalmente superior no estado, é, ainda, claramente perceptível pelos resultados obtidos de 0,699 como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no componente Educação, corroborando para que os índices de analfabetismo e da taxa de matrícula em todos os níveis de ensino demonstrem que o desenvolvimento humano das regiões Norte e Centro-oeste ficam aquém das regiões Sul e Sudeste do país. Essa realidade é confirmada pelos dados do IBGE (2010) onde apenas 50.477 pessoas estavam matriculadas no ensino superior no estado do Tocantins, sendo que as instituições públicas respondiam pelo montante de 15.198 pessoas e as instituições privadas pelo quantitativo de 35.279 pessoas, o que equivalia a 10% e 13% se comparados aos outros estados da Região Norte.

As ofertas dos cursos se consolidam através da parceria entre Governo Federal, Instituições superiores, estados e municípios. Estes últimos, são os responsáveis pela implantação e manutenção dos polos operacionais de apoio presencial que vão se efetivando, pelas atividades prestadas, como os novos espaços-tempos de formação universitária de professores e de toda demanda social interessada.

Palavras-chave: EaD;UAB;Política Pública;Polo de apoio,Tocantins.

1.INTRODUÇÃO

O estado do Tocantins tem 139 municípios que por sua centralidade geográfica acolhe sujeitos oriundos de várias partes do Brasil e do mundo em busca de melhores condições socioeconômicas, de qualidade de vida e também de formação acadêmica, dentre outros. Para esse contexto, a Educação a Distância surge como modalidade de ensino, regulamentada que viabiliza a formação acadêmica, possibilitando consciência cidadã para consolidar transformações e impactos na vida das pessoas, além de alavancar o desenvolvimento da sociedade, produzindo através da globalização acessibilidade ao conhecimento, rapidez nas informações, novos métodos e meios de estudo e capacitação aos interessados.

A oferta de educação no estado do Tocantins é predominante pública e na modalidade de EaD atende atualmente nos polos operacionais de apoio presencial, mantidos pelo Governo estadual, mais de 8.600 (oito mil e seiscentos) alunos matriculados que cursam as ofertas do Programa Universidade Aberta do Brasil, além da Rede e-Tec Brasil e Pronatec que não serão objetos desse estudo.

Mantidos pelo Governo estadual em parceria com os municípios, no Tocantins há 18 (dezoito) polos de EaD autorizados e implantados conforme as exigências da CAPES/MEC e mais 10 (dez) polos estão autorizados para serem implantados ainda em 2016, conforme dados da Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação - AGETEC (2015), órgão responsável por manter o pleno funcionamento estrutural do Programa no contexto estadual.

A estrutura da pesquisa se dará como demonstrado: na primeira parte busca-se-á situar o contexto pesquisado, focando a justificativa e a importância do tema, identificando o problema e a hipótese levantada, bem como esclarece os objetivos definidos, a metodologia utilizada será um Estudo de Caso. Após, faz-se a apresentação da análise dos dados que foram levantados e subsequentes a esses capítulos estarão as Considerações Finais e as referências bibliográficas.

O referencial teórico contempla o conceito de Política Pública, principalmente a luz das teorias da autora Celina Souza (2006, 2007) e das diretrizes e bases da educação brasileira, contextualizando a legislação que referencia a EaD como modalidade de ensino e como política pública de inclusão social no Brasil. Será evidenciado também o Sistema Universidade Aberta do Brasil, sua gênese, formação, diretrizes e as ofertas de cursos para o contexto do Estado do Tocantins, além da definição de polo como unidade operacional de apoio pedagógico e administrativo, que promove as condições para a permanência do aluno no curso, valorizando a expansão, interiorização e regionalização da oferta de educação superior pública e gratuita.

2.OBJETIVOS

Como objetivo geral, buscou-se avaliar o Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB como política pública de educação, especificamente para análise da implantação dos polos de EAD no Tocantins, mantidos pelo Governo do Estado.

Os objetivos específicos assim se apresentam:

- Identificar o Programa Universidade Aberta do Brasil como política pública educacional;
- Identificar os polos de EaD no Tocantins, suas ofertas, demandas e a avaliação feita pela DED/CAPES/MEC;
- Analisar o papel do Governo Estadual como o órgão mantenedor dos polos de EAD por meio dos resultados da avaliação;
- Identificar o perfil, as competências e a prática dos agentes envolvidos com o Programa

UAB nos polo de EAD do Tocantins.

3. REFERÊNCIAL TEÓRICO

3.1 Políticas Públicas

A discussão sobre Política Pública cresce cotidianamente no Brasil e no mundo e nesse contexto, Celina Souza (2006), afirma que a Política Pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo/pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos Governos.

Pode-se, então resumir política pública como o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo, colocar o “governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e , quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados e mudanças no mundo real (SOUZA, 2007, p. 69).

Compreende-se, portanto que Políticas Públicas pode ser considerada toda a ação governamental e não-governamental que define princípios norteadores na relação entre Estado e Sociedade. Envolve atividades de pesquisa, audiências públicas, análise, implementação e avaliação dessas políticas.

3.2 Educação a Distância: conceitos e suas diretrizes

Resumidamente, a Educação a Distância no Brasil assim se apresenta, segundo a definição do próprio Ministério da Educação- MEC:

A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversas (BRASIL, 2005).

Segundo o Decreto-Lei nº 2.494, de 10/2/1998, a Educação a Distância – EAD, é “uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados”(BRASIL,1998).

No Brasil, os marcos normativos, colocam a modalidade de educação a distância sob a responsabilidade do poder público, cujo respaldo legal está embasado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece, em seu artigo 80 que a educação à distância pode ser ofertada em todos os níveis e modalidades de ensino.

No artigo regulamentado posteriormente pelos Decretos 2.494 e 2.561, de 1998, ambos revogados pelo Decreto 5.622, em vigência desde sua publicação em 20 de dezembro de 2005. No Decreto 5.622, no Decreto 5.773 de junho de 2006 e nas Portarias Normativas 1 e 2, de 11 de janeiro de 2007, fica legalmente estabelecida a política de garantia de qualidade quanto aos variados aspectos da modalidade de educação à distância, no tocante ao credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação, harmonizados com padrões de qualidade enunciados pelo Ministério da Educação, através dos *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância*. (BRASIL,1998).

Vale destacar nesse contexto que a Educação a Distância tem propiciado mudanças socioculturais do trabalho docente para atender às demandas de educação e formação da sociedade contemporânea, bem como, as exigências e necessidades do mundo do trabalho.

Segundo dados atualizados da CAPES/MEC, atualmente a UAB oferece 709 cursos superiores, ofertados por 105 IES e possui 631 polos de apoio presencial credenciados em todo Brasil e possui mais de 240 mil novas vagas a serem preenchidas no ano 2016.

3.3 Polo de Apoio Presencial da EaD

Em conformidade ao Decreto da Presidência da República Nº 5.800, 8 de junho de 2006, entende-se que para a oferta de um curso superior na metodologia de EaD é necessário também a composição estrutural da criação do polo de apoio presencial com as condições de infra-estrutura física e de recursos humanos, observando as orientações, normas e padrões de qualidade no Sistema UAB.

Para a aprovação dos Polos far-se-á necessário que alguns critérios sejam seguidos, tais como a adequação e conformidade do projeto com os cursos superiores a serem oferecidos; a demanda local ou regional por ensino superior público de acordo com a quantitativa de concluintes e egressos no ensino médio e da educação de jovens e adultos; e a pertinência dos cursos demandados a capacidade de oferta por instituições federais de ensino na região. A análise da infra estrutura física importantes da seleção dos polos (BRASIL, 2005).

Segundo a CAPES, reforça-se que no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, o polo é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de EaD de responsabilidade das instituições públicas de ensino superior (IPES) formadoras.

Esclarece também que para a implantação e manutenção dos polos de EAD/UAB faz-se necessário a participação dos municípios e dos Estados através da assinatura do protocolo de intenções com o MEC, disponibilizando em cada local credenciado, uma estrutura básica, mínima para o seu funcionamento. O polo de apoio presencial de EaD/UAB deverá ser localizado, preferencialmente, em municípios de porte médio (entre 20 e 50 mil habitantes), com distância mínima de 100 Km de uma cidade a outra, podendo ofertar vários cursos ao mesmo tempo e preferencialmente onde não possua instituições públicas de nível superior.

3.4 Monitoramento e avaliação do Polo de EaD

O monitoramento do Sistema UAB ficou a cargo da Diretoria de Educação a Distância (DED) subordinada à Capes que em visita *in loco* a cada 03 (três) anos, além das visitas previstas para integrá-lo ao Sistema UAB, procede a avaliação que, de um modo geral, atenta-se para: as instalações básicas da coordenação acadêmico-operacional nas IES e os polos de apoio presencial (BRASIL, 2009; CAPES, 2015).

Após a observação sob esses critérios, o avaliador encaminha seu relatório para a DED, classificando-o em Apto (AA), Apto com Pendências (AP) e Não Apto (NA). Caso o polo seja classificado como AP ou NA, este fica impedido de fornecer novos cursos e é solicitado o Plano de Revitalização para a melhoria de suas condições (CAPES, 2013; CAPES, 2015).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é de caráter empírico, observando a temática por um olhar teórico e prático da

realidade vivenciada nos polos de EAD do Tocantins, mantidos pelo Governo do estado, embasados pela legislação a que se refere e pela bibliografia científica que evidencie a teoria no campo das políticas públicas e especificamente do contexto educacional pesquisado.

Para isso, utiliza-se-á o levantamento bibliográfico e documental e a percepção dos agentes a partir das entrevistas e questionários realizados, utilizando como método de pesquisa o estudo de caso desenvolvido pela leitura detalhada da legislação educacional a que se refere e pela observação *in loco* a estrutura física dos polos de EaD do Tocantins, mantidos pelo Governo do estado. Os dados levantados terão a sua formatação final representados sob a forma de tabelas, gráficos, figuras e pela análise descritiva que apontará os objetivos propostos elencados.

O recorte espacial estudado será os polos de EAD no Tocantins, mantidos pelo Governo do Estado. O recorte temporal será considerado os últimos sete anos, isto é de 2007 a 2014, período de grande crescimento da EAD no estado do Tocantins.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta primeira análise para resultados, o foco foi conhecer os 18 polos credenciados pela CAPES e a oferta de cursos atendida pelos polos operacionais de apoio presencial no Tocantins. O governo do estado mantém a maioria das estruturas operacionais e na tentativa de assegurar a qualidade educacional e para além de cumprir com a obrigatoriedade de formação dos professores da educação básica como preceitua a LDB 9394/96, entende que necessita de mão-de-obra capacitada para alavancar o avanço tecnológico e científico em seu território, com o intuito de atender as exigências do mercado global na oferta de bens e serviços.

O Governo do Tocantins, como mantenedor estadual, assumiu a oferta da modalidade em 30 de maio de 2006, através da celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação a Distância e o Governo do Estado do Tocantins, com as ações a cargo da Secretaria da Educação – SEDUC, objetivando democratizar e difundir o conhecimento da população, especialmente de professores e concluintes do ensino médio, com a oferta de cursos de pós-graduação, graduação e tecnológicos na modalidade de ensino a distância.

Atualmente, no Tocantins, o programa Universidade Aberta do Brasil é desenvolvido nos polos de apoio presencial em regiões estratégicas, tendo como mantenedores de treze polos o Governo Estadual através da AGETEC, Prefeituras Municipais e IES Federal no Tocantins com três polos cada órgão. Essa colaboração firmada está assim discriminada nos referidos termos de cooperação, conforme dados da AGETEC:

Governo Estadual: responsável pelos recursos humanos, mobiliários, equipamentos, pelas despesas de diárias para os encontros presenciais, material de expediente, estrutura física e disponibilidade de internet.

Prefeituras Municipais: responsável pela estrutura física (construção, empréstimo ou locação), despesas operacionais (água, energia elétrica, ar condicionado, telefone e limpeza).

Tabela 01 : Caracterização dos municípios que tem polos EaD

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	DEM	EEM	DISTÂNCIA KM DA SEDE
Alvorada	8.374	13	01	313
Araguacema	6.317	17	01	292
Araguatins	31.329	113	06	611
Arraias	10.645	47	04	422
Colinas	30.838	97	07	272
Cristalândia	7.234	18	01	144
Dianópolis	19.112	68	04	348
Guaraí	23.200	62	05	183
Gurupi	76.755	164	10	224
Natividade	9.000	22	01	231
Mateiros	2.223	09	01	315
Palmas	228.332	764	31	-
Palmeiropolis	7.339	17	02	430
Pedro Afonso	11.539	40	04	214
Porto Nacional	49.146	168	13	68
Taguatinga	15.051	23	01	466
Tocantinopolis	22.619	62	06	525
Araguaina	150.484	388	24	377

Legenda: População – Censo IBGE/2010; DEM – docentes do ensino Médio; EEM – escolas do ensino Médio (Fonte INEP/MEC) - Fonte: Adaptado dos dados da AGETEC (2015), pelas autoras.

Entre 2007 e 2014, o número de unidades operacionais de apoio presencial aumentou e atualmente 39 cursos, sendo de licenciaturas, tecnólogos, bacharelados, tecnólogos, pós-graduações, aperfeiçoamento e técnicos, são ofertados por 06 IES, sendo 03 do próprio estado – UFT, UNITINS e IFTO e as demais de outras regiões do Brasil, como UNB, UNFESP, FIOCRUZ, além de 02 cursos técnicos da Rede e-Tec, ofertados pela próprio estado através da AGETEC.

Gráfico 01: cursos e instituições em porcentagem de atendimentos nos polos de EaD.

Cursos e Instituições

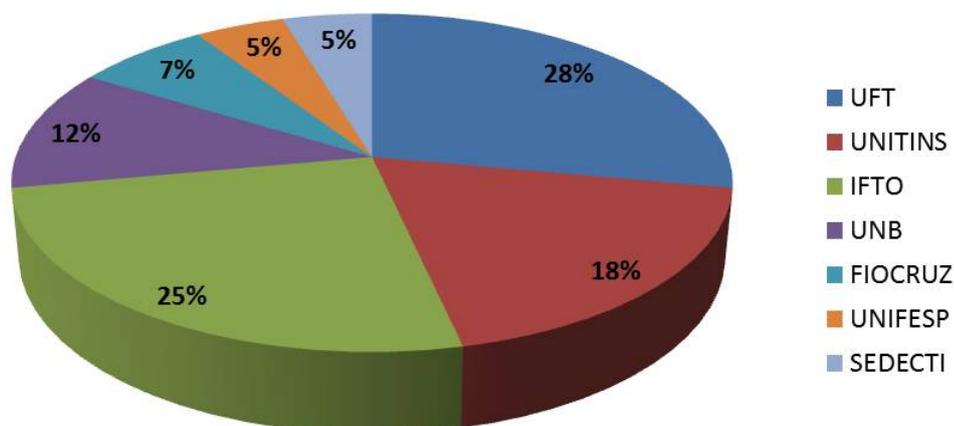


Gráfico 02: Perfil dos agentes dos polos de EAD/TO

AGENTES	IDADE	FORMAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO NO ENSINO SUPERIOR	TEMPO DE SERVIÇO NA EaD
Coordenadores de Polos Tutores a Distância Tutores Presenciais	32,8% dos agentes possuem idade entre 25 a 35 anos e 67,2% idade entre 36 a 45 anos. Evidenciam que o grupo é jovem.	100% possuem graduação; 87% possuem especialização na área da educação; 40% possuem especialização na área de EaD.	64,2% possuem 1 a 5 anos de experiência na educação básica; 32% na docência do ensino superior.	75,5% dos agentes possuem de 1 a 5 anos de experiência na EaD; 14% possui de 2 meses a 1 ano de experiência. Consideraram que a pouca experiência de alguns não afeta o equilíbrio das funções pelo suporte que recebem da AGETEC e da troca entre pares.

Quadro 1: Perfil dos agentes – Idade/Formação/ Tempo ES/Tempo EaD. Fonte: Questionários

respondidos– Set-Dez/2015

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a AGETEC, a demanda por cursos EAD no estado do Tocantins é significativa. Diversos municípios pretendem ofertar essa modalidade de ensino, porém o grande complicador é a extrema exigência da CAPES em relação aos critérios de aprovação da estrutura física dos polos. Considerando que no Termo de Cooperação Técnica vigente, a prefeitura municipal tem a obrigatoriedade de estruturar fisicamente o polo de EAD/UAB no estado, muitos municípios se deparam com o forte desejo da população em cursar uma graduação ou outro tipo de curso a distância, porém, por questões legais e financeiras, os gestores municipais não têm meios para construir prédios específicos com a finalidade de atender a EAD. Para o ano de 2016 já estão autorizados visitas técnicas para a implantação de 10 novos polos de apoio presencial em municípios já pré-selecionados pelo obedecendo os critérios da CAPES/MEC para ofertas do Programa Universidade Aberta no Brasil.

Dessa forma, a EaD emerge como alternativa para proporcionar e preencher a carência de formação no Tocantins, no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS RESUMIDA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: . Acesso em: 07 de nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 5622, de 19 de dezembro de 2005. Disponível em: . Acesso em: 10 mar.2015.

BRASIL. Ministério da Educação. REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTANCIA VERSÃO PRELIMINAR. Brasília.2007. Disponível em:. Acesso em: 09 abril.2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes). Avaliação de Polos. Disponível em: . Acesso em: 7 de nov. 2015.

LEI DE DIRETRIZES E BASES -LDB n. 9394, de 20 de dezembro de 1996 - Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 1996.

SOUZA. Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez.2006.p.20-45.

SOUZA. Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: Políticas Públicas no Brasil. / organizado por Gilberto Hochman, Marta Arretche e Eduardo Marques – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003a.

SOUZA, Celina. políticas públicas e orçamento público: conflitos e cooperação. In: BENEVIDES, M. Victoria; VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio. (Orgs.) Reforma política e cidadania. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003b. p. 134-161.